

## MOVIMENTO DOCENTE

# ADUFRJ DÁ EXEMPLO

**A**divergência é antiga, mas a resposta é inédita. A participação da delegação da UFRJ no Congresso do Andes expõe visões antagonicas sobre o movimento docente. A diretoria do Sindicato Nacional só aceita delegados eleitos em assembleias presenciais. Já a AdUFRJ – e a maior parte dos professores associados – comprehende que a ampliação da participação é fundamental para fortalecer a carreira, a educação superior e a democracia brasileira.

Com esse espírito, a atual diretoria convocou assembleia remota para eleger os delegados. Ao todo, 387 docentes votaram e escolheram 15 colegas para representar os professores da UFRJ no Congresso, no começo de março, em Salvador, na Bahia. Foi a maior votação sobre o tema na AdUFRJ, pelo menos nos últimos 13 anos. Levantamento realizado pelo Jornal da AdUFRJ mostra que, entre 2013 e 2026, nenhuma assembleia presencial para a escolha de delegação na UFRJ obteve mais de 64 votos. A

reportagem também apurou que a votação da AdUFRJ foi muito maior do que a média nacional. Na USP, por exemplo, apenas 10 docentes votaram, mesmo número que na UFF. Na UnB, foram 18.

A força dos votos, no entanto, não sensibilizou o Andes. Na tarde de terça-feira, 10 de fevereiro, a diretoria do Sindicato Nacional alegou descumprimento do regimento, vetou a delegação da UFRJ e determinou que a seção sindical fizesse assembleia presencial. A AdUFRJ não fez. Em ofício, perguntou ao Andes o total de presentes nas outras assembleias do país e, em carta aos associados, explicou o que está acontecendo. “A AdUFRJ deu exemplo de como valorizar a participação docente. Demonstramos que, quando a presença é facilitada, o comparecimento dos associados é muito expressivo”, disse a presidente da AdUFRJ, professora Ligia Bahia.

**Leia os detalhes dessa semana tensa nas páginas 13, 14, 15 e 16**

✓ **EXEMPLO DE PARTICIPAÇÃO.** **387 docentes** votaram na delegação da UFRJ.

**De 2013 a 2026**, é a maior votação sobre o tema na UFRJ. O recorde também tem peso nacional.

Entre **10 ADs procuradas**, nenhuma conseguiu sequer a metade do quórum obtido pela AdUFRJ.

✓ **EXEMPLO DE DEMOCRACIA.** Ampliação da presença, voz e voto de professores das mais variadas unidades e campi da UFRJ fortalecem a atuação sindical.

✓ **EXEMPLO DE RESPEITO à diversidade dos campi e do trabalho docente.** Com a votação remota, professores conseguiram votar em qualquer lugar que estivessem. Já na Estadual da Bahia, Uneb, apenas **20 professores** votaram porque são **27 campi** e o Andes veta eleição remota.

## ASSEMBLEIAS PARA ESCOLHA DE DELEGAÇÃO DA UFRJ EM CONGRESSO DO ANDES

### PARTICIPAÇÃO PRESENCIAL

19/12/2013	<b>17</b>	
4/2/2015	<b>11</b>	
11/1/2016	<b>53</b>	
12/12/2016	<b>19</b>	
20/12/2017	<b>23</b>	
5/12/2018	<b>17</b>	
27/11/2019	<b>64</b>	
09/02/2024	<b>25</b>	
16/12/2024	<b>45</b>	

### PARTICIPAÇÃO REMOTA

11/02/2022	<b>82</b>	
05/02/2026	<b>387</b>	

### NÚMEROS PELO BRASIL

Aduff -	<b>10</b>
Aduneb -	<b>20</b>
Adunirio -	<b>33</b>
Sedufsm -	<b>33</b>
Asduerj -	<b>47</b>
Adufmat -	<b>13 no campus principal</b>
Adufpel -	<b>16</b>
Aprofurg -	<b>15</b>
Adunb -	<b>18</b>
Adusp -	<b>10</b>



# CONFERÊNCIA MINISTRO CELSO AMORIM “O BRASIL E O CENÁRIO INTERNACIONAL PARA 2026: DESAFIOS E OPORTUNIDADES”

SEGUNDA, 2 de março de 2026 . 18h



AdUFRJ

SALÃO PEDRO CALMON. PALÁCIO UNIVERSITÁRIO  
CAMPUS PRAIA VERMELHA

# Câmara aprova fim da lista tríplice para reitorias

> Projeto ainda depende aprovação no Senado e de sanção presidencial. Universidades e parlamentares comemoram a conquista, fruto de décadas de luta em defesa da autonomia

SILVANA SÁ  
silvana@adufrj.org.br

**A**s universidades federais retornarão às aulas em 2026 com uma conquista histórica: a Câmara dos Deputados aprovou o fim da lista tríplice para a nomeação de reitores. A notícia foi festejada por representantes da comunidade universitária e por parlamentares.

A aprovação do PL 5.874/2025 aconteceu no dia 4, no contexto da reestruturação de cargos públicos. O projeto criou 16 mil novos cargos para o Ministério da Educação, além de 1.500 para o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos. A matéria, considerada um “PL guarda-chuva”, também absorveu o texto do Projeto de Lei 2.699/2011, que previa o fim da lista tríplice para a escolha de dirigentes das instituições superiores de ensino. Esse texto chegou a ser aprovado na Câmara em 2023, mas sofreu recursos de deputados da extrema direita. Agora, o novo PL aprovado na Câmara segue para o Senado e, posteriormente, para a sanção do presidente Lula.

O peso da votação dos docentes (70% em relação aos demais segmentos) também foi extinto na lei. Pelo projeto, o peso do voto de professores, técnicos e estudantes será definido por um conselho criado especificamente para esse objetivo em cada universidade. Ainda poderão participar da votação integrantes da sociedade civil. Já para os institutos federais, o texto estabelece o critério da paridade, ou seja, o voto de todos tem peso igual. O texto mantém a exigência de que candidatos e candidatas à reitoria sejam docentes com doutorado, titulares ou associados 4.

Presidenta da AdUFRJ, a professora Ligia Bahia destaca a importância do projeto. “É o reconhecimento de um princípio constitucional. Consagra a autonomia universitária. É uma importante conquista pela qual temos lutado por décadas”.

O movimento estudantil também comemorou a boa nova. Natália Trindade, da Associação de Pós-Graduandos da UFRJ (APG) aponta que o fim da lista tríplice é, na prática, a derrubada de uma lei da ditadura. “É uma vitória muito importante, uma luta histórica da comunidade acadêmica”. Natália, no entanto, considera que o peso dos votos deva ser igual para to-



~~LISTA  
TRÍPLICE~~



ciou pelas redes sociais. “O projeto de lei assegura que o reitor ou reitora que for eleito seja empossado”, afirmou. Medronho defendeu que a comunidade acadêmica se articule para conversar com os senadores para que referendem a proposta. “É uma grande conquista em prol da autonomia e da democracia universitária”.

Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), o reitor José Geraldo Ticianeli, da UFRR, também repercutiu a notícia. “Quero agradecer a todas as lideranças que nos receberam muito bem e entenderam a importância (do projeto). Hoje demos mais um importante passo para o fortalecimento da nossa soberania, da nossa democracia e da nossa autonomia”, disse.

O movimento estudantil também comemorou a boa nova. Natália Trindade, da Associação de Pós-Graduandos da UFRJ (APG) aponta que o fim da lista tríplice é, na prática, a derrubada de uma lei da ditadura. “É uma vitória muito importante, uma luta histórica da comunidade acadêmica”. Natália, no entanto, considera que o peso dos votos deva ser igual para to-

dade dos votos seja considerada nessa construção”, afirma.

Vinícius Soares, doutorando da UFRJ e presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), concorda. “É um passo importante para garantir a democracia e a autonomia universitárias. Agora, o projeto segue para o Senado. Além da aprovação, é fundamental garantir a paridade no processo eleitoral. Precisamos avançar”.

## POLÍTICOS COMEMORAM

O assunto também mobilizou políticos e parlamentares. Secretária Municipal de Ciência e Tecnologia, a professora Tatiana Roque, licenciada no Instituto de Matemática da UFRJ, avaliou de forma positiva a mudança. “O fim da lista tríplice é uma grande vitória. É muito importante para a democracia das universidades federais que haja uma lei que explique que o mais votado deve ser o nomeado pelo presidente da República”, diz Tatiana. “Bolsonaro nomeou diversos reitores que perderam as eleições e que não tinham a menor condição de serem reitores, porque a lista tríplice reunia além do nome do mais votado, outros nomes que não haviam sido escolhidos pela comunida-

de universitária”, lembrou. A deputada federal Maria do Rosário (PT-RS) divulgou nas suas redes sociais o resultado da votação assim que saiu do plenário. “Nunca mais teremos interventor, como houve no tempo do bolsonarismo”, disparou. “Eu estou lutando há muito tempo para acabar com a lista tríplice nas universidades”, disse. “Quem for eleito reitor ou reitora com o maior número de votos será o reitor, será a reitora. É uma grande vitória da democracia para as universidades”.

O deputado federal Tarcisio Motta (PSOL-RJ) também destacou a importância da conquista histórica para as instituições de ensino superior. “Universidade não pode ser tutelada, nem virar moeda de troca política. Autonomia é a condição para a pesquisa, para o ensino, para a extensão, para a liberdade de pensamento e para proteger a universidade pública de intervenções”, disse. O parlamentar, que é líder de bancada da federação PSOL-Rede, demonstrou preocupação com a tramitação do projeto no Senado. “Essa etapa é decisiva. Precisamos seguir mobilizados até que o projeto vire lei”.

dos e estabelecido em lei. “Para nós do movimento estudantil, é muito importante que a parti-

# UFRJ MANTÉM MÉDIA NA QUADRIENAL DA CAPES

**> Resultados preliminares mostram que 65 dos 105 programas de pós-graduação mantiveram o conceito, enquanto 20 o elevaram. Quedas em 17 PPGs preocupam a PR-2**

SILVANA SÁ  
E ALEXANDRE MEDEIROS  
comunica@adufrj.org.br

O resultado preliminar da Avaliação Quadrienal da Capes aponta para um cenário de estabilidade na pós-graduação da UFRJ. Foram aferidos 105 programas de pós-graduação acadêmicos. Desse total, 20 elevaram a nota, 65 mantiveram e 17 reduziram. Outros três programas são muito novos e não tiveram comparação de notas.

Entre altos e baixos, a média geral dos conceitos da universidade permaneceu em 5,4. "Diante do nosso subfinanciamento, é quase um milagre que a UFRJ tenha conseguido permanecer na mesma posição na Capes", avalia o pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa, professor João Torres.

Esse ciclo avaliativo foi realizado até 2024 e as análises dos indicadores de cada programa seguiram ao longo de 2025. Por enquanto, as notas só foram disponibilizadas aos coordenadores de programas e às pró-reitorias de cada instituição de ensino. O prazo para apresentação de recursos — que ainda serão analisados — se encerrou em 11 de fevereiro, e os resultados finais devem ser publicados somente em maio.

João Torres revela que a PR-2 fará reuniões para avaliar as notas em conjunto com cada programa. "Queremos entender o que aconteceu, sobretudo com os programas que tiveram as notas reduzidas. Vamos fazer essas reuniões por Centro ou por áreas temáticas", afirma Torres. Ele também destaca que a universidade precisa se adaptar a algumas mudanças apresentadas pela Capes, como a autoavaliação dos cursos e o planejamento estratégico. "São duas coisas que precisarão fazer parte da nossa cultura. Devemos ter mais atenção também às métricas relacionadas ao impacto social de cada programa".

Perguntado sobre o que pode ter levado à redução de notas em 17 PPGs, Torres acredita que a questão é complexa. "Não há uma resposta única. Os programas têm realidades muito



distintas. Não existe um padrão que aponte para uma única resposta. Vamos avaliar o que aconteceu caso a caso", reforça.

O dirigente, no entanto, comemora os bons resultados.

"A gente teve boas notícias em muitos cursos: cinco programas que eram conceito 3 subiram de nota. Agora, temos sete programas acadêmicos com conceito 3, não mais 12", celebra o pró-reitor.

O conceito 3 é a menor nota

satisfatória para a existência de um programa. "O programa da Dança também aumentou sua nota. É um mestrado muito recente e um exemplo de trabalho que nos deixa muito felizes", elogia o pró-reitor. A Dança subiu do conceito 3 para o 4.

## EXTENSÃO DE PRAZOS

O coordenador do programa de Física, professor Felipe Pinheiro, acredita que a pandemia teve

impacto negativo nesse ciclo da Quadrienal para a UFRJ. Seu programa, no entanto, manteve o conceito 7, o mais alto dentre os cursos de reconhecida excelência acadêmica. "Essa quadrienal foi muito marcada pela pandemia. Isso resultou, acho que de forma geral, numa queda de produção intelectual nos primeiros anos do quadriênio. E isso é computado na Capes", analisa o docente. "Depois, o nosso programa se recuperou bastante em 2023 e 2024, e cumprimos todos os parâmetros que a Capes, na área de Física, estabelece para a nota 7", comemora.

O docente aponta outro fator que pode ter contribuído para a baixa em muitos programas: a extensão de prazos para defesa de teses e dissertações durante a pandemia. "Pelo que apurei, nenhuma universidade federal, pelo menos entre as maiores, concedeu dois anos adicionais de extensão de prazo para conclusão dos trabalhos finais de mestrado e doutorado, como foi o nosso caso na UFRJ. Esse adiamento levou, consequentemente, a um atraso na produção intelectual", analisa. "A gente começou a receber pedidos de extensão baseados nos seis anos para as teses do doutorado. Isso resultou em atraso na publicação de artigos, por exemplo", argumenta.

## CORRIDA POR RECURSOS

Pinheiro considera a avaliação quadrienal um elemento importante de mensuração de qualidade, mas que acaba se tornando uma competição por recursos entre instituições de ensino e pesquisa. "No fundo, a avaliação da Capes é uma competição nacional por um bolo de dinheiro que tem que ser distribuído. Essa ação da UFRJ (de ampliar os prazos de defesa) nos prejudicou porque afetou nossos dados na quadrienal", pontua. "As outras universidades concederam prazos de extensão de seis meses. E as agências, como o CNPq, concederam mais seis meses", explica.

Ele afirma que a decisão da universidade impactou o programa da Física. "Não estou minimizando o que foi a pandemia, mas comparativamente com outros programas do Brasil, isso nos prejudicou", aponta. "Nos últimos dois anos da avaliação nós conseguimos nos recuperar com alguns pontos fortes, como a produção intelectual e as parcerias externas. E temos todas as condições para manter essa nota para o próximo quadriênio".

A elevação da nota na Capes impacta diretamente na visibilidade do programa, captação de recursos e de alunos, destaca o coordenador do PPG de Astronomia, professor Luan Ghezzi. Seu programa foi criado em 2003 no nível de mestrado. Em 2010, o curso ganhou o doutorado acadêmico, cuja primeira tese foi defendida há apenas 12 anos. "Passamos do conceito 4 para o 5", comemora.

Ele explica que um dos fatores que faz parte do cálculo das cotas de bolsas e dos recursos recebidos por cada programa



## AVALIAÇÃO QUADRIENAL 2021-2024

### BRASIL

**4.585**  
programas

**2.050**  
avaliadores

**465**  
instituições de  
ensino e pesquisa

**50**  
áreas do  
conhecimento

**UFRJ**

**105**  
programas

**20**  
elevaram nota

**65**  
mantiveram

**17**  
reduziram  
o conceito

**3**  
novos, sem  
comparativo

os recursos insuficientes para investimentos em infraestrutura", aponta. "Por exemplo, a modernização do campus e a aquisição de equipamentos de alto desempenho", diz. Também falta dinheiro para o básico, como o pagamento de taxas de publicação de artigos. "Além disso, a defasagem nos valores das bolsas de mestrado e doutorado prejudica a atração e permanência de discentes", revela.

## TRABALHO COLETIVO

O sonhado conceito 7 voltou a ser realidade para o programa de Química, o mais antigo do Brasil na área. A coordenadora do PGQU, professora Sabrina Baptista Ferreira, comemora a conquista. "O PGQU já foi 7, caímos para 6, mas depois de alguns anos trabalhando em cima das exigências que a Capes vinha trazendo e de avaliações sobre mudanças nos itens, conseguimos voltar ao 7", celebra.

Ela atribui o sucesso ao trabalho coletivo. "É impossível para um coordenador conquistar uma nota sozinho. Nossa maior ferramenta de trabalho são os nossos alunos. São eles que estão na linha de frente dos laboratórios executando as pesquisas com orientação dos seus docentes", afirma. "Por mais que o programa atenda os critérios, se não for tudo colocado no sistema, o sete não vem".

A burocracia, no entanto, é um fator que ainda atrapalha os programas, de acordo com a professora. "Queremos melhorar a coleta de dados para que seja mais automatizada e tragá menos burocracia, tanto para a gente, na coordenação, quanto para docentes e alunos", revela.

"Tudo o que a gente coloca no sistema da Capes precisa de comprovantes. Isso gera enorme demanda e acaba tomando tempo dos docentes e da coordenação. É tempo que a gente deixa de dedicar ao ensino, pesquisa, orientação".

## QUEDAS PREOCUPAM

A Coppe pode ser um foco de preocupação para a UFRJ. Isto porque a unidade teve redução de notas em quatro de seus 13 programas acadêmicos neste ciclo da Quadrienal. O diretor adjunto da unidade, professor Jean-David Caprake, minimiza as dificuldades. "Neste ciclo avaliativo, os programas seguem os procedimentos regulares, incluindo pedidos de revisão dentro do prazo estabelecido, o que é absolutamente normal no processo", afirma.

O docente afirma que o resultado é fruto de um trabalho coletivo da comunidade do Observatório do Valongo, que tem se debruçado sobre os resultados anteriores e aplicado as recomendações da agência. "É uma conquista. Analisamos os relatórios das avaliações anteriores e traçamos estratégias para implementar as melhorias recomendadas", conta. "Em particular, houve um aumento da produtividade do ProAstro através da publicação de mais artigos em revistas de grande impacto e uma maior internacionalização através do intercâmbio de alunos e de parcerias com pesquisadores, institutos e colaborações no exterior".

Se o aumento da nota impacta em mais recursos para os PPGs, manter os resultados estáveis é uma dificuldade por conta do subfinanciamento crônico ao qual estão submetidas as universidades federais. "Dentre os principais desafios, posso citar

os mecanismos de acompanhamento dos PPGs. "Está em processo de criação um comitê estratégico de avaliação e acompanhamento dos programas de pós-graduação, com foco em alinhamento institucional, apoio aos coordenadores e fortalecimento contínuo da excelência acadêmica", revela.

Coordenadora do programa de pós em Genética, a professora Claudia Russo revela que o curso baixou da nota 7 para a 6. "Éramos 7 por duas avaliações seguidas e baixamos. Fizemos o recurso e vamos esperar o resultado", conta a docente. O programa esteve entre os mais bem avaliados na quadrienal 2017-2021. Ela está convencida de que a queda é fruto da pandemia. "Houve um momento em que a nossa testagem para covid-19 era a única disponível para todos os profissionais de saúde do Rio de Janeiro. É óbvio que esse tipo de coisa vai impactar em nossa produção".

A docente conta que o resultado preliminar da Quadrienal deixou o programa com média baixa em produtividade até entre os cursos de nota 6. "Nosso laboratório multiusuário foi completamente dedicado ao combate à pandemia. Esse tipo de coisa até rendeu frutos de produtividade, mas que não estavam ligados aos trabalhos originais dos nossos alunos. Perdemos em produtividade docente e em produtividade docente/discente", explica Claudia Russo. "Todas as nossas máquinas de tempo real foram desviadas para as testagens. Nós fomos um dos pontos focais do estado do Rio de Janeiro", lembra.

Seus colegas atuaram também com capacitação em outros municípios, incluindo Macaé, para diagnóstico e testagem. "É claro que outros programas tiveram problemas em relação ao lockdown, mas certamente não com um papel tão intenso na linha de frente quanto a Genética. O foco total do departamento e do programa, liderados pelo saudoso professor Amilcar Tanuri, foi o combate à pandemia (que faleceu ano passado)", justifica. "Muitos professores acabaram fazendo trabalho técnico também, recheando resultado do teste diagnóstico, por exemplo, para garantir que nós não dardíamos resultados errados para as pessoas. Isso é óbvio que fez com que nossos professores dessem menos aula, orientassem menos".

Por outro lado, ela explica que a experiência da pandemia permitiu a publicação de artigos importantes para o Brasil e para o mundo para o entendimento da covid-19. "Publicamos menos, mas com muita qualidade. Eu acho que talvez faltou bom senso. A UFRJ foi muito importante no combate à pandemia. Quem pôde ficar em casa escrevendo os artigos, obviamente teve aumento da produtividade. Nós não ficamos em casa", defende-se. "Eu espero que a Capes entenda que essa perda de produtividade foi uma coisa transitória. Não existiu uma queda na qualidade do trabalho".

FÁBIO  
HEPP

Professor Adjunto,  
coordenador do Laboratório  
de Anfíbios e Répteis do  
Departamento de Zoologia,  
Instituto de Biologia, e  
Pesquisador Associado  
do Museu Nacional

# PRINCÍPIO DA PEÇA MENOS ATIVA

**A**UFRJ é a segunda casa para muitas pessoas. Muitos passam mais horas do seu dia nos campi do que em casa e passam, ou passarão, mais anos de vida ligados à universidade do que fora dela. Este é o meu caso. Neste momento tenho quase 20 anos de UFRJ. Cheguei na UFRJ em 2006 como calouro. Posteriormente, fui mestrando, doutorando, pós-doutorando, professor substituto, biólogo (Técnico Administrativo) e, mais recentemente, sou professor adjunto. Posso dizer que tenho uma longa relação com a Minerva, construída com muito suor e lágrimas (de tristeza e felicidade).

Desde os meus 18 anos, quando ingressei na UFRJ, ouço e discuto os diversos problemas da universidade. As possíveis soluções são muitas, a depender de quem vem a resposta. Variam muito de acordo com a idade do proponente, já que idade geralmente reflete o grau de pessimismo e inocência da pessoa, fatores que costumam moldar o tom das opiniões políticas e administrativas. É ponto comum que um mínimo de otimismo é essencial para manter a motivação diária, e seu gradual abandono pode levar a sérias consequências para o futuro do ensino público do país (falo mais sobre isso no artigo "Autofervura Acadêmica" deste Jornal, Nº 1.348). E, por isso, tenho refletido cada vez mais sobre o que podemos fazer para resolver problemas da universidade.

Claro que não se trata de uma questão trivial. Como dito há muitos anos pelo meu ex-professor e eterno orientador, prof. Dr. José P. Pombal Jr., do Museu Nacional: se fosse fácil, alguém certamente já teria resolvido. Ainda assim, acredito que as possíveis soluções virão do corpo social da UFRJ. Portanto, inspirado em uma recente analogia entre a administração universitária e a condução de um jogo de xadrez, considerei válida mais uma singela tentativa de contribuição.

O xadrez é um dos jogos mais antigos e certamente um dos mais populares até os tempos atuais. Provavelmente criado na Índia no século VII, o xadrez é um jogo de dois jogadores onde o principal objetivo é capturar a peça do adversário de-



**“**  
No xadrez a vitória depende do desenvolvimento coletivo das peças. E é exatamente neste ponto que a analogia com a administração universitária começa a se estabelecer”

tivo de, mais do que ensinar as regras básicas, instruir jogadores sobre os padrões e princípios lógicos que regem o jogo.

Um dos princípios básicos do jogo é o da peça menos ativa. Sob este princípio, o jogador deve sempre buscar mover as peças que estão menos ativas no tabuleiro. Isto é, peças que estão mais retrai-

das, consequentemente, mais isoladas dos principais eventos do jogo, que frequentemente ocorrem próximos ao centro do tabuleiro. No xadrez a vitória depende do desenvolvimento coletivo das peças. E é exatamente neste ponto que a analogia com a administração universitária começa a se estabelecer. Mesmo com peças de diferentes valores e habilidades (a rainha, por exemplo, é a peça mais poderosa e de maior valor), no xadrez, o segredo está, em boa medida, no desenvolvimento coletivo de diferentes tipos de peça. Uma rainha sozinha, ou mesmo acompanhada por algumas poucas peças, dificilmente leva à vitória contra um adversário que possui muitas peças ativas e, consequentemente, controle a região central do tabuleiro com seus peões, cavalos, torres e bispos.

Assim funciona uma universidade. Ela é composta por um conjunto de peças de diferentes especialidades e habilidades, como discentes, docentes, técnicos administrativos e funcionários terceirizados. A movimentação e desenvolvimento de peças já ativas ajuda, claro, mas certamente não basta. A chave do sucesso é, ouso dizer, da resolução de muitos problemas da UFRJ, transpassa o princípio das peças menos ativas. É preciso reconhecer esse problema e criar meios de torná-las mais ativas nas suas funções. Tal tarefa não deve ser vista como um estímulo à opressão, assédio moral, ou algo similar. Não, muito pelo contrário! É preciso rever incentivos, motivações, metas, demandas e lideranças para este propósito. O jogador de xadrez joga porque quer, porque vê resultados e progresso nas suas ações.

Certamente não é algo simples de se fazer. Mas para resolver problemas, precisamos localizá-los, mapeá-los e, a partir daí, construir programas, projetos e ações que objetivem as soluções. É assim que funciona um jogo de xadrez. Observamos a distribuição das peças e remanejamos aquelas que priorizamos para concretizar um plano. Seja como for, não podemos assumir que peças menos ativas já estão fora de jogo. Não devemos usar esta justificativa para concentrar os esforços, fazer expectativas e mesmo sobreregar ainda mais as peças já mais ativas da universidade. Trata-se de um erro estratégico que levará à derrota no inevitável jogo comparativo entre universidades.

ENTREVISTA | RONALDO FERNANDES, DIRETOR DO MUSEU NACIONAL

## “VAMOS FAZER DE TUDO PARA QUE NOVAS GERAÇÕES SE ENCANTEM”

ALEXANDRE MEDEIROS  
comunica@adufrj.org.br

Especialista da área de Zoologia, com ênfase em serpentes, o professor Ronaldo Fernandes terá a complexa missão de conduzir o Museu Nacional pelos próximos quatro anos, incluindo a reabertura da área de exposições do Paço de São Cristóvão, destruída pelo incêndio de 2018. Ao lado da vice-diretora Juliana Manso Sayão, Ronaldo encabeçou a chapa vencedora da disputa pela direção do MN — com o apropriado nome de “Construindo o Futuro”. O grupo representa a continuidade da gestão anterior, comandada pelo professor Alexander Kellner.

Nesta entrevista ao Jornal da AdUFRJ, Ronaldo Fernandes fala sobre a busca por mais parcerias que propiciem recursos para a recomposição e ampliação do acervo do museu e, claro, das expectativas para a reabertura ao público. Lembra também de sua relação afetiva com o museu que frequenta desde os tempos de menino, quando jogava pelada nos gramados da Quinta da Boa Vista.

● **Jornal da AdUFRJ - Sua chapa saiu vencedora em uma disputa apertada com a chapa adversária. Essa disputa deixou sequelas ou está tudo pacificado?**

■ **Ronaldo Fernandes** - A eleição foi disputada, tivemos duas chapas. Minha chapa foi vitoriosa por poucos votos. Mas há uma diferença entre disputa acirrada e disputa polarizada. É óbvio que algumas pessoas estão identificadas com uma chapa ou com a outra. Mas a grande maioria do museu aproveitou esse debate de ideias e escolheu qual chapa julgou mais interessante. Não há um alinhamento ou divisão. Já tive reunião, inclusive, com a professora Mariângela Menezes, que foi minha concorrente. Ela é a presidente da Associação Amigos do Museu Nacional. Tudo segue, o trabalho continua. Acho que o museu tem maturidade para enfrentar essas disputas.

● **A partir dessas doações, como o museu está reorganizando seu acervo?**

■ Há um aspecto cultural interessante. A coleção do Museu Nacional tem início no século XIX. É uma coleção colonialista. As peças eram adquiridas de uma forma ou de outra e eram mostradas de acordo aos interesses do curador. Ou seja, o pesquisador escolhia o que era importante mostrar na exposição. O que você tem hoje é um pouco diferente. Nossa equipe de Etnologia tem ido às tribos aqui no Brasil e perguntado: vocês querem ser parte da exposição do museu? Se sim, como preferem ser representados? E eles estão tecendo, criando, fabricando novas peças. Essas peças que estão vindo para cá são peças recentes, e mostram não o que o curador estava interessado em mostrar, mas sim o que aquela etnia está interessada em apresentar.

● **Como o senhor pretende buscar novos parceiros para a reconstrução e a reabertura do museu?**

■ O incêndio destruiu 80% do nosso acervo de exposição e tivemos de ampliar parcerias para a reconstrução do Palácio de São Cristóvão e a recomposição do acervo. Encontramos parceiros tanto na esfera pública quanto na privada, desde a Fundação Vale e a Unesco até o BNDES. Vieram também o Bradesco, o Itaú, a Eletrobras, a Cosan. Nesse momento, nosso maior benfeitor é o BNDES, que botou cerca de R\$ 100 milhões no projeto. Somos muito agradecidos ao presidente Aloizio Mercadante, também foi ele que ajudou o museu a se posicionar junto ao mercado financeiro. Vamos buscar mais parcerias, é um trabalho contínuo.

● **Foi o que ocorreu com o manto tupinambá repatriado da Europa?**

■ O manto foi uma doação do Museu da Dinamarca. E ele tem uma importância religiosa dentro da cultura tupinambá. A única coisa razoável a ser feita é procurar as lideranças tupinambás para que elas participem do processo. Eles vieram aqui, fizeram seus rituais, prestaram suas homenagens. No entendimento deles, o manto é como se fosse um ancestral deles. Não o tratam como um objeto, mas sim como uma pessoa. Então, é necessário todo o respeito.

● **Em relação ao acervo, há também doadores individuais, não?**

■ Isso é emocionante. Muitas pessoas doaram objetos para o museu. São pes-



DIogo Vasconcellos

do incêndio, e deu prazos extras. Nossos cursos de pós-graduação estão muito bem, o de Antropologia Social é conceito 7 da Capes, o de Zoologia é conceito 6, e o de Arqueologia subiu de 5 para 6 na última avaliação quadrienal (veja mais sobre a quadrienal da Capes nas páginas 4 e 5).

● **Uma coisa que certamente vai ocorrer na sua gestão será a reabertura total do Paço de São Cristóvão. Como está esse cronograma?**

■ Estamos trabalhando para a virada de 2028 para 2029. É o melhor que posso dizer a você, essa é a programação que nós temos para o encerramento das obras. Nem todo o dinheiro foi captado, portanto existe certa prudência com esses prazos. O dinheiro do BNDES, por exemplo, está sendo aplicado para a reconstrução da parte traseira do prédio e a restauração das fachadas. A parte do MEC nós estamos usando para o prédio anexo Alípio de Miranda Ribeiro, que é importante ficar logo pronto, pois ali teremos, além de um auditório, as casas de máquinas e os sistemas de refrigeração. Depois da entrega das obras, vamos montar os quatro circuitos de exposição, nossa equipe já está tratando disso. O palácio inteiro vai ser utilizado como área expositiva. A área de exposição do museu vai ser muito maior do que era no passado. Vamos fazer de tudo para que novas gerações se encantem com o museu, assim como nós nos encantamos.

● **Uma coisa que certamente vai ocorrer na sua gestão será a reabertura total do Paço de São Cristóvão. Como está esse cronograma?**

■ Estamos trabalhando para a virada de 2028 para 2029. É o melhor que posso dizer a você, essa é a programação que nós temos para o encerramento das obras. Nem todo o dinheiro foi captado, portanto existe certa prudência com esses prazos. O dinheiro do BNDES, por exemplo, está sendo aplicado para a reconstrução da parte traseira do prédio e a restauração das fachadas. A parte do MEC nós estamos usando para o prédio anexo Alípio de Miranda Ribeiro, que é importante ficar logo pronto, pois ali teremos, além de um auditório, as casas de máquinas e os sistemas de refrigeração. Depois da entrega das obras, vamos montar os quatro circuitos de exposição, nossa equipe já está tratando disso. O palácio inteiro vai ser utilizado como área expositiva. A área de exposição do museu vai ser muito maior do que era no passado. Vamos fazer de tudo para que novas gerações se encantem com o museu, assim como nós nos encantamos.

# Destrução da Mata Atlântica aumenta risco de doença

> Estudo de UFRJ, Fiocruz e UFRRJ mostra que desequilíbrio ambiental no bioma altera dieta dos mosquitos, que já se alimentam majoritariamente de sangue humano. Circulação de vírus cresce

ALEXANDRE MEDEIROS  
comunica@adufrj.org.br

**F**oi uma surpresa. Ao analisarem a dieta alimentar de mosquitos em duas áreas remanescentes de Mata Atlântica no interior fluminense, pesquisadores da UFRJ, da Fiocruz e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) detectaram majoritariamente a presença de sangue humano. A descoberta indica que o avanço da destruição do bioma está afastando os animais silvestres para áreas mais distantes na floresta, e levando os insetos a buscar alimento nas periferias habitadas ao redor das reservas ambientais.

“Há indícios de que esse desequilíbrio ambiental está levando a uma mudança no comportamento desses insetos, que estão se alimentando preferencialmente de sangue humano, e isso pode aumentar a transmissão de doenças como dengue, zika, chikungunya e febre amarela”, alerta o professor Sérgio Machado, da Faculdade de Farmácia da UFRJ. Ele é um dos autores do estudo “Aspectos da alimentação sanguínea de mosquitos durante o período crepuscular em áreas remanescentes de Mata Atlântica no estado do Rio de Janeiro”, publicado no último dia 15 de janeiro na revista suíça *Frontiers in Ecology and Evolution*.

O estudo destaca que a riqueza de fauna e flora da Mata Atlântica está ameaçada pelo desmatamento, e que a perda da vegetação nativa está associada ao aumento da transmissão de agentes transmissores de arbovírus (como os causadores da dengue, zika, chikungunya e febre amarela). Os habitats naturais dos vetores e seus ciclos de vida são alterados, afetando sua densidade populacional. Com isso, os insetos se aproximam das residências próximas às áreas de floresta, causando transmissões.

Originalmente, a Mata Atlântica cobria mais de 1,3 milhão de quilômetros quadrados em 17 estados brasileiros. Mas o desmatamento e a ocupação humana, com a expansão da agricultura, pastos para gado e instalação de residências, reduziram muito a vegetação nativa: restam hoje apenas 29% da cobertura original, segundo dados do Ministério do Meio Ambiente de 2025.



**SURPRESA** Mosquito da espécie *Sabethes* sp., uma das amostras estudadas. Achado surpreendeu equipe



**COLETA** Professor Sérgio Machado instala armadilha na floresta

ro de Sérgio Machado e que também assina o estudo publicado. “Esse trabalho começou com ele há cinco anos, e essa não foi isso que encontramos, e sim sangue humano. Esse achado foi uma surpresa para nós”, revela o professor Sérgio Machado.

O sequenciamento genético foi feito no Laboratório de Díptera (LABDIP) do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz), onde atua o professor Jerônimo Alencar, orientador de douto-

porque a intenção era atrair, e não afastar os insetos. Usamos roupas protetoras, mas mesmo assim levei muita picada”, conta ela.

Dálete ficou particularmente impressionada com a escassez de animais nas áreas de coleta. “Na REGUA, até nos avisaram que podíamos cruzar com onças, mas não avistamos nenhuma. Na verdade, só vi um jacaré e algumas pegadas de capivara, além de alguns pássaros. A área está em processo de restauração, com o plantio de mudas da Mata Atlântica. Ter encontrado majoritariamente sangue humano nos mosquitos nos causou surpresa. É preocupante porque pode aumentar o risco de propagação de doenças. E a baixa presença de animais indica uma queda na biodiversidade local, o que também é preocupante”, observa a bióloga.

## DESEQUILÍBRIOS

O professor Sérgio Machado pontua que a recuperação das florestas é fundamental para restabelecer o equilíbrio na Mata Atlântica: “Os mosquitos podem estar se adaptando a essa nova realidade, a do desmatamento. Eles têm essa plasticidade, uma notável capacidade de alterar aspectos biológicos, comportamentais e fisiológicos em resposta a variações ambientais, permitindo a sobrevivência e re-produção em diversos cenários”.

Para o pesquisador, é também factível a hipótese de invasão das reservas por caçadores, que se tornam alvos dos mosquitos. “Quando o ser humano invade a floresta, algumas espécies de culicídeos são atraídas a ele por fatores como a temperatura corporal, a exalação de dióxido de carbono e o suor. O desmatamento reduz a oferta de alimentos para os primatas, por exemplo, que adoram frutas. Nós também somos primatas, logo temos fatores de atração parecidos aos não humanos”.

O estudo deve ter novos desdobramentos em breve, com a ampliação das áreas de coleta, se possível para fragmentos de Mata Atlântica em outros estados, como Espírito Santo e Minas Gerais. “É fundamental enfatizar a necessidade de mais pesquisas para avaliar os padrões alimentares dos mosquitos e suas implicações para a saúde pública. Estamos estudando outros tipos de armadilhas que possam capturar mais insetos ingurgitados (alimentados recentemente de sangue), e ampliar nossa base”, conclui o professor.

O trabalho de campo foi complexo. A bióloga Dálete Cássia Alves, da UFRRJ, que também assina o estudo, que o diga. “Tenho alergia a picada de mosquito, então imagine o que sofri! Não podíamos usar repelente

# SEJAM BEM-VIND@S, COLEGAS!

KELVIN MELO  
kelvin@adufrj.org.br

“É a realização de um sonho” Assim Flávia Yared define a experiência de se tornar uma das mais novas professoras da UFRJ. Ela reforça o quadro da Escola de Belas Artes desde 7 de janeiro, quando tomou posse no cargo ao lado de 16 colegas de diferentes áreas do conhecimento.

Para alguns deles, a nova jornada será uma chance de retribuição à sociedade. “O fato de ser professor em uma universidade pública é uma maneira de retribuir todo o investimento que o Estado fez em mim desde a graduação”, afirma Luidhy Santana, do Observatório do Valongo.

Já o professor Igor Rolemberg não esconde a felicidade de poder lecionar em uma unidade de prestígio reconhecido dentro e fora do Brasil. “Estar hoje no Departamento de Antropologia do Museu Nacional, a mais antiga instituição científica do país, é muito especial”.

O Jornal da AdUFRJ colheu o depoimento de quatro novos docentes. Os quatro são de fora do Rio, e compartilham desde muito cedo a afinidade pela pesquisa, mas não veem a hora de encontrar suas primeiras turmas. “Costumo dizer que tenho uma paixão pela pesquisa, mas meu combustível diário é a sala de aula, na troca com os alunos”, explica Monalessa Pereira, do Nupem. Confira a seguir as entrevistas desses quatro colegas sobre suas trajetórias e expectativas em relação à vida recém-iniciada na UFRJ. Sejam bem-vind@!



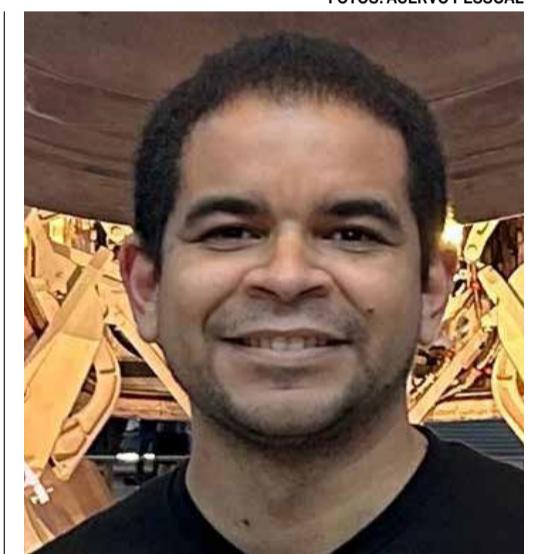
**IGOR ROLEMBERG**  
Museu Nacional



**MONALESSA PEREIRA**  
NUPEM



**FLÁVIA YARED ROCHA**  
Escola de Belas Artes



**LUIDHY SANTANA**  
Observatório do Valongo

Eu me formei em Física na Universidade Estadual do Ceará, em 2013. Fiz mestrado em São José dos Campos, no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, de 2014 a 2016 e doutorado, no próprio Observatório do Valongo, de 2016 a 2020. Durante este período, fiz um ano e meio de doutorado-sanduíche no Centro de Voo Espacial Goddard, um laboratório da NASA que fica em Maryland, nos Estados Unidos. E pós-doutorado no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), de 2023 até o fim do ano passado.

Desde que entrei na graduação, queria fazer ensino e pesquisa na universidade. Fiquei muito feliz de passar para a UFRJ, que é um polo de astronomia aqui no Sudeste, junto da USP. E o mais legal é que vou voltar para o departamento onde concluí o doutorado. Conheço o ambiente e serei colega de trabalho de muitos que me deram aula.

Pretendo continuar com a linha que desenvolvia no pós-doc: a intercessão entre inteligência artificial e astrofísica aplicada principalmente para calcular propriedades físicas e estruturais de galáxias.

Estou bastante empolgado. O fato de ser professor em uma universidade pública é uma maneira de retribuir todo o investimento que o Estado fez em mim desde a graduação.

Estou muito feliz com essa conquista, de me integrar ao corpo docente da UFRJ. Fui muito bem recebida aqui no NUPEM. Atualmente, minha linha de pesquisa concentra-se na genética molecular de bactérias patogênicas, especialmente nos fatores relacionados à virulência e à resistência aos antimicrobianos, que representam um sério desafio para a saúde pública mundial. Além disso, venho trabalhando com terapias antimicrobianas alternativas, com ênfase na fagoterapia, que utiliza vírus com ação específica contra células bacterianas. Embora não seja uma abordagem nova, voltou a ganhar destaque diante da emergência de bactérias multirresistentes.

Tenho expectativa de que a gente consiga melhorar a comunicação da UFRJ com o público não acadêmico, incentivando políticas de divulgação científica, para que todo mundo possa compartilhar do valor de uma universidade pública, gratuita, de qualidade e cada vez mais democrática.

Costumo dizer que tenho uma paixão pela pesquisa, mas meu combustível diário é a sala de aula, na troca com os alunos. E já estou preparando minhas disciplinas com muito carinho para receber os novos estudantes.

# Jurídico orienta sobre nova resolução da carreira docente

KELVIN MELO  
kelvin@adufrj.org.br

**A**provada no fim do ano passado, a resolução do Conselho Universitário sobre o desenvolvimento na carreira docente consagrou três reivindicações da AdUFRJ: a redução de burocracia nos processos internos; o retorno das progressões múltiplas — que só estavam sendo realizadas desde 2023

graças a uma sentença judicial favorável ao sindicato —; e a retroação dos efeitos acadêmicos e financeiros de cada salto para um período anterior ao que estava sendo concedido pela instituição.

“Mas, sem essa mudança efetiva e concreta na Resolução interna da universidade, ainda estávamos em uma situação precária”, completa Renan. Os professores tinham que fazer suas solicitações com base em ofícios divulgados pela Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) sobre a decisão judicial.

progressões passaram a ser reconhecidos a partir do momento que o professor preenche os requisitos de tempo (48 meses) e pontuação suficiente de suas atividades acadêmicas.

“Mas, sem essa mudança efetiva e concreta na Resolução interna da universidade, ainda estávamos em uma situação precária”, completa Renan. Os professores tinham que fazer suas solicitações com base em ofícios divulgados pela Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) sobre a decisão judicial.

Outro pleito do sindicato acatado na resolução é a dispensa de documentos comprobatórios que já são de conhecimento da universidade. “Ou seja, é aquela portaria de nomeação que se pede a cada progressão, ou título de doutorado. A resolução está dizendo que isso será dispensado. Como cada unidade vai aplicar, ainda temos que conferir”, diz Renan.

Confira a seguir as orientações da assessoria jurídica sobre os principais pontos da resolução do Consuni (nº 436/2025).



**PROGRESSÕES MÚLTIPLAS**  
O que já estava valendo por força de legislação federal, eles ficam limitados até cinco anos antes da “correção” da carreira do docente. O pedido deve ser feito em um novo (e único) processo, juntando os relatórios referentes a cada interstício, no Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

Exemplo: o professor fez sua última progressão para Associado I, em 10 de outubro de 2019. Se tiver produção acadêmica suficiente para cada biênio desde então, ele poderá requerer agora a progressão para Associado IV e acertar seus efeitos acadêmicos: ou seja, se tornará Associado II desde 10/10/21; Associado III desde 10/10/23 e Associado

IV desde 10/10/25. Mas ele só poderia receber as diferenças financeiras de cada salto a partir de 13 de fevereiro de 2021 (cinco anos de hoje).

Em tese, a universidade deveria pagar todas as diferenças de uma vez no próximo contracheque ao reconhecimento da banca. “O que acontece é que a universidade demora e por vezes não paga, fazendo com que o professor fique esperando, aguardando orçamento do governo para o pagamento dos chamados exercícios anteriores”, esclarece o advogado.

## ATRASO NA PROGRESSÃO

O professor também poderá “ajustar” a carreira, quando seguiu progredindo, mas em datas diferentes do prazo original de dois anos. Não precisa, como

nas múltiplas, abrir um novo processo. Vai pedir a correção no mesmo processo que essa progressão foi concedida de forma atrasada. “Uma vez corrigido este interstício, e a CPPD está corrigindo, vamos fazer o mesmo procedimento para as progressões seguintes. Ele pode lançar uma folha de informação solicitando a correção no SEI ou solicitar apoio da assessoria jurídica”, diz Renan.

O advogado lembra que o requerimento das progressões/promoções pode ser apresentado em até 60 dias antes do fim da data-base, com exceção da classe de Titular que pode ser apresentada em até 90 dias antes.

## ESTÁGIO PROBATÓRIO

Todos os professores agora ingressam na carreira como Assistente - A, independentemente da titulação. É a única classe com apenas um nível, que dura 36 meses — o mesmo período do novo estágio probatório. A avaliação e a aprovação no estágio probatório é a própria ascensão por desempenho desta classe de único nível, levando o docente à promoção para Adjunto - B da nova carreira.

## NOVA REGRA GARANTE DIREITO DE NÃO DOUTORES

A nova resolução do desenvolvimento na carreira também possibilitou que 209 professores fossem promovidos à Classe B, com a denominação de Professor Adjunto. A concessão contemplou os docentes estáveis que, em 31 de dezembro de 2024, haviam sido aprovados no estágio probatório e não tivessem o título de doutor.

Assessor jurídico da AdUFRJ, Renan Teixeira explica que a medida resulta da adequação do regimento interno da UFRJ à legislação federal. “A universidade cobrava o título de doutor para a classe de Adjunto e, na ausência da titulação, exigia um processo de aprovação mais trabalhoso, com defesa pública de um memorial, o que não tinha amparo legal”, afirma. “Fizemos várias ações judiciais para contemplar o direito dos docentes. A nova resolução acaba com isso”, completa.

**A universidade cobra o título de doutor para a classe de Adjunto e, na ausência da titulação, exige um processo de aprovação mais trabalhoso, com defesa pública de um memorial, o que não tinha amparo legal”**

**RENAN TEIXEIRA**  
Assessor jurídico da AdUFRJ

O grupo encontrava-se posicionado nas classes equivalentes a Auxiliar ou Assistente, no caso do Magistério Superior; e nas

Classes DI ou DII, no caso da carreira EBTT. Serão assegurados os efeitos acadêmicos e financeiros do reposicionamento a partir de 1º de janeiro de 2025. A pró-reitoria de Pessoal informou que as solicitações de pagamento de valores retroativos deverão ser formalizadas exclusivamente por meio de processo administrativo individual para a PR-4/DVPAG (Divisão de Pagamento).

Quem não tiver sido contemplado pela Portaria nº 821 da PR-4 — a listagem completa dos 209 docentes foi publicada no boletim da UFRJ de 2 a 6 de fevereiro — deverão instaurar processo administrativo individual direcionado à Seção de Acompanhamento das Carreiras/PR-4 (SAC).

Dúvidas poderão ser tiradas pelos e-mails: seac@pr4.ufrj.br ou cppd@reitoria.ufrj.br

## CONFIRA AS PRINCIPAIS AÇÕES DA ASSESSORIA JURÍDICA

Além das orientações sobre a nova resolução da carreira docente, a assessoria jurídica da AdUFRJ trabalha com um conjunto de temas que impactam a vida dos professores da UFRJ. Relembre algumas das principais ações do sindicato em tabela disponível no site.



# Estágio probatório mais complexo exige atenção

> Relatório de atividades agora é apenas mais um item da nova avaliação dos professores em início de carreira. Também é necessária aprovação em curso oferecido pela Escola Virtual de Governo

KELVIN MELO  
kelvin@adufrj.org.br

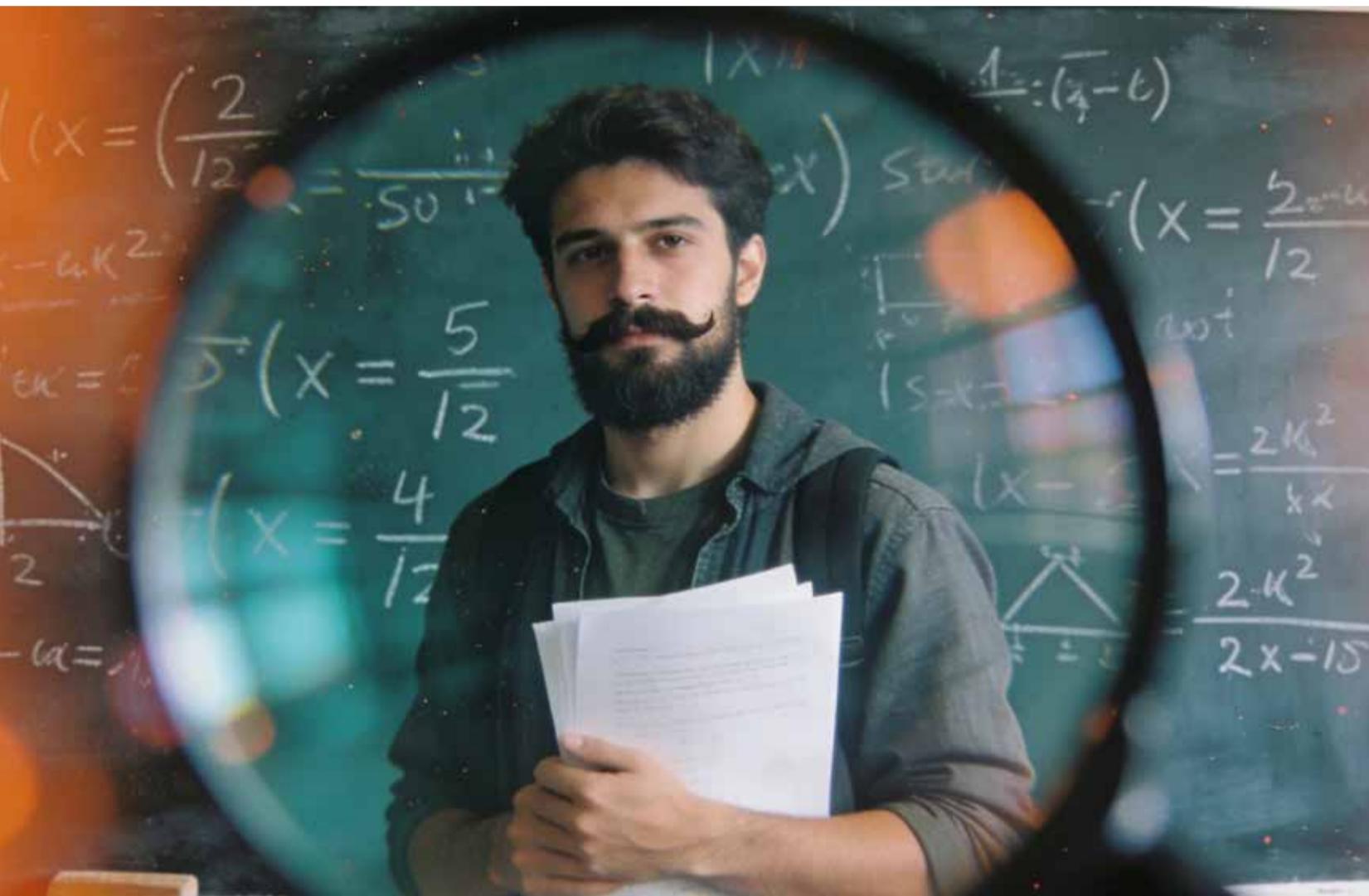
**D**iretores de unidades, chefes de departamentos e professores nomeados há menos de um ano devem ficar atentos às novas regras do estágio probatório. A avaliação está mais complexa, exige três ciclos (aos 12, 24 e 36 meses) e o primeiro deles está acabando para os docentes que entraram na UFRJ logo no início da vigência do atual modelo, em 7 de fevereiro de 2025 — quem ingressou antes desta data segue as normas anteriores, previstas na resolução nº 09/2018 do Conselho Universitário.

A pró-reitoria de Pessoal (PR-4) reforçou a lembrança das novas regras na semana passada e diz que os concursados são informados sobre o tema assim que entram na universidade. De acordo com a PR-4, há 401 professores da UFRJ em estágio probatório, sendo 301 sujeitos à nova avaliação — 100 ingressaram antes de 7 de fevereiro do ano passado. Mas, até o fechamento desta edição, não foi possível levantar quantos já deveriam estar concluindo o primeiro ciclo avaliativo, após um ano da admissão.

Antes, a avaliação acontecia apenas com base em um relatório de atividades produzido pelo docente, semelhante ao que se faz para as progressões e promoções, e que era submetido a uma comissão de três colegas da universidade. Bastava ao avaliado conseguir metade da pontuação para ser aprovado no estágio probatório. Agora, o relatório é apenas mais um item da avaliação, vale só metade da nota e o docente ainda precisa alcançar 80% da pontuação no conjunto geral da avaliação.

“Hoje, se ele tira 50% no relatório, que vale 50 dos 100 pontos, ele estará reprovado. Porque não tem como alcançar os 80%. Alcançaria no máximo 75%”, explica o professor Bruno Diaz, presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD). A CPPD, que descreveu a atual proposta baseada na legislação federal, homologa os resultados da avaliação ao final de cada estágio probatório.

“As unidades têm que reavaliar os baremas (tabelas de pontuação) delas para poder ter certeza de que os docentes serão avaliados corretamente,



mas sem colocar um sarro muito alto que acabe eliminando todos eles”, completa Bruno. “Imagina perder um professor por dois pontos”.

Outra dificuldade: pelas regras anteriores, havia uma flexibilidade para as unidades definirem a pontuação dentro dos grupos de atividades no relatório.

Por exemplo: 40 a 60 pontos em ensino. Não foi possível repetir essa medida na planilha encaminhada pelo governo, com muito mais itens e com regras que limitaram o “peso” do relatório na nota final. Os grupos de ensino, pesquisa e produção intelectual e extensão ficaram valendo 15 pontos cada. Gestão, representação e qualificação ficaram com 5 pontos, no total de 100 pontos.

A avaliação também passou a ser tripartite (chefia imediata, pares e autoavaliação) em vez de ser da responsabilidade de uma única comissão.

“Os pares formam uma comissão que, agora, só pode ter integrantes do mesmo departamento do avaliado. Antes, eram três professores estáveis, sendo um externo ao departamento”, diz Bruno.

Para passar no estágio probatório, ainda é preciso que o professor participe de um programa virtual interno de receção, o Integra Minerva, curso de introdução ao trabalho, que aborda aspectos específicos da Universidade. Com carga horária de 40 horas. E apresentar

## CONFIRA ALGUMAS DAS PRINCIPAIS MUDANÇAS



### PRAZO

**Antes:** A avaliação acontecia apenas sobre o relatório de atividades, da mesma forma como são feitas as progressões e promoções docentes.

**Agora:** há uma planilha de itens produzida pelo governo para ser preenchida com a pontuação máxima de 100 pontos. O relatório de atividades vale 50 pontos.

### APROVAÇÃO

**Antes:** com 50% da pontuação do relatório.

### QUEM AVALIA

**Antes:** comissão formada por três professores da UFRJ, sendo um externo ao departamento ou programa do avaliado.

### PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INICIAL

**Agora:** Chefia imediata, pares e autoavaliação. Os pares formam uma comissão que, agora, só pode ter integrantes

do mesmo departamento do avaliado, com pelo menos seis meses de atuação na mesma equipe.

Há uma comissão acima desta para acompanhamento de todas as avaliações da unidade.

### COMO

**Antes:** A avaliação acontecia apenas sobre o relatório de atividades, da mesma forma como são feitas as progressões e promoções docentes.

**Agora:** há uma planilha de itens produzida pelo governo para ser preenchida com a pontuação máxima de 100 pontos. O relatório de atividades vale 50 pontos.

### NOVA RESOLUÇÃO

Para ajustar o regimento interno à legislação federal, a pró-reitoria de Pessoal apresentará ao reitor, até março, uma minuta de resolução sobre o tema que será discutida no Consuni.

### DÚVIDAS?

A CPPD está à disposição para os esclarecimentos da comunidade, pelo email cppd@reitoria.ufrj.br

Governo. “Os docentes devem completar 50% da carga horária do PDI ao final do primeiro ciclo avaliativo (12 meses) e conclui-

-lo ao final do segundo (24 meses). O não cumprimento destes prazos precisa ser justificado”, esclarece Bruno.



# COLÔNIA DE FÉRIAS TERÁ NOVA EDIÇÃO EM JULHO

> Atividades serão realizadas entre 20 e 24 de julho, também no Clube dos Empregados da Petrobras, no Fundão. Serão disponibilizadas 40 vagas. Prioridade será para filhos de sindicalizados

SILVANA SÁ  
silvana@adufrj.org.br

**A**Colônia de Férias da AdUFRJ deixou um gostinho de quero mais nas crianças, na equipe e nas famílias. A segunda edição já está programada para a semana de 20 a 24 de julho, durante o recesso escolar. A princípio, serão disponibilizadas 40 vagas, com prioridade para filhos de professores sindicalizados. Estará à frente da programação a Equipe Coloriê.

A primeira edição, que terminou em 30 de janeiro, foi sucesso de público e de crítica. Por duas semanas, 34 crianças

e adolescentes viveram experiências pedagógicas, esportivas, artísticas e, claro, divertidas!

A ideia surgiu a partir de demandas de docentes com filhos pequenos. Uma delas foi a professora Leda Castilho, da Coppe. "A gente levou essa sugestão no segundo semestre do ano passado e a diretoria em pouquíssimo tempo conseguiu organizar a programação", conta Leda. "As crianças têm férias longas, em janeiro tem edital do CNPq vencendo, enfim, a gente precisa de suporte".

Para a docente, a realização do evento permite aos colegas de diferentes unidades estreitar laços. "Cria um espírito de união entre os professores. A minha filha conheceu a filha de um professor do IFCS. Elas já estão combinando para brincar. Vira

**“**A gente espera que os nossos colegas possam enxergar na AdUFRJ essa parceria cotidiana”

ANDRÉA PARENTE  
Diretora da AdUFRJ

uma grande família".

Conselheira da Escola de Belas Artes, a professora Luiza Amaral já espera a próxima edição. Seus dois filhos participaram das atividades. "As crianças

fizeram muitas amizades e ficaram apaixonadas pela colônia. Para mim, foi muito importante, porque eu estou dando aulas neste período de férias. Então, elas puderam aproveitar ao invés de ficar em casa. Foi muito profícuo", diz.

Simony Mendonça, professora da Faculdade de Farmácia, também inscreveu seus dois filhos. "Para mim, fez toda diferença a colônia ser num espaço da universidade. Foi muito bom eles poderem passar o restinho das férias perto de mim e brincando. Eles já querem mais", avalia.

Diretora da AdUFRJ, a professora Andréa Parente destacou que o sindicato precisa ser também um ponto de suporte e parceria para os professores. "Poder proporcionar essa experiência para as famílias foi muito importante. A gente espera que os nossos colegas possam enxergar na AdUFRJ essa parceria cotidiana".

uma grande amizade. "Estavam bastante sobrecarregados com ele em casa. Aqui ele se divertiu, encontrou outras crianças, fez uma série de atividades e isso foi fundamental para a nossa dinâmica familiar", contou.

Coordenador da colônia, o professor André Coutinho agradeceu a confiança das famílias. "Em julho estaremos de novo aqui para proporcionar dias de trocas, aprendizados e afeto".

O professor Filipe Correa, do IPPUR, destacou a segurança do espaço. "Poder proporcionar essa experiência para as famílias foi muito importante. A gente espera que os nossos colegas possam enxergar na AdUFRJ essa parceria cotidiana".

# Congresso do Andes: votação histórica elege delegados

> Ao todo, 387 professores votaram e escolheram 15 docentes para representar a UFRJ no encontro que ocorrerá em Salvador. O Andes, no entanto, vetou o credenciamento porque a votação foi remota

SILVANA SÁ  
silvana@adufrj.org.br

**A**AdUFRJ deu um exemplo de ampliação da participação de professores na escolha da delegação ao 44º Congresso do Andes, que acontece no início de em março, na cidade de Salvador (BA). No dia 4, a seção sindical realizou a maior assembleia de sua história recente para eleição de delegados, com 387 votantes. A assembleia foi remota, com votação pelo sistema eletrônico Helios. O Andes, no entanto, não considerou a representatividade dos votos e formalizou na terça-feira, 10, o voto à delegação, impedindo a participação da maior seção sindical do Andes na intância máxima de deliberação da categoria docente.

O grupo identificado como de oposição à diretoria da AdUFRJ não indicou nomes. O argumento foi de que só indicariam representantes se a assembleia e o voto fossem presenciais. "O estatuto do Andes é uma legislação que devemos seguir. Como professora do Direito,

não posso me furtar a apontar a importância de seguir as normas que regem o nosso sindicato. Se há um regimento, temos que seguir uma formalidade", defendeu a professora Luciana Boiteux, da FND.

Na mesma linha argumentou a professora Cristina Miranda, aposentada do Colégio de Aplicação. "É muito importante que a AdUFRJ seja representada por uma delegação no congresso, sobretudo em um ano eleitoral tão importante", disse. "A gente pode discordar do estatuto, mas a gente não pode desrespeitá-lo", afirmou.

Diretor do Instituto de Economia, o professor Carlos Frederico Leão Rocha argumentou que o regimento do Andes é uma norma interna, mas não está acima da lei. "Acima dele está a lei sindical, está a Constituição. O estatuto não é uma lei magna do sindicato", afirmou. "Existe um entendimento alternativo e o estatuto não é salvo-conduto para restringir a participação de professores".

Vice-presidenta da AdUFRJ, a professora Maria Tereza Leopoldi lembrou que duas seções sindicais (Adunifesp e Adufg) realizaram assembleias e votações remotas para escolher, inclusive, as suas diretórias. "Foram processos ocorridos

“Ao decidir sobre esse formato de assembleia, nós estamos reafirmando a nossa autonomia”

MARIA TEREZA LEOPOLDI  
Vice-presidenta da AdUFRJ

após a mudança do estatuto do Andes e o sindicato não contestou. Se temos autonomia, podemos escolher sobre nossos procedimentos decisórios", argumentou. "Ao decidir sobre esse formato de assembleia, nós estamos reafirmando a nossa autonomia".

Ex-diretor da AdUFRJ, o professor Antonio Solé apontou a contradição dos argumentos

apresentados pelos professores que representam a oposição e lembrou que em sua gestão o grupo organizou um abaixo-assinado on line para exigir assembleia presencial. "É meio irônico utilizar um instrumento remoto para pedir uma atividade presencial", apontou. "O mesmo acontece com o Andes, quando diz que não pode ser que o meu grupo vença a eleição", como aconteceu em São Paulo e em Goiás".

## VEJA OS ELEITOS

**Delegados**  
Andréa Parente  
Antonio Solé  
Carlos Frederico Leão Rocha  
Daniel Negreiros Conceição  
Eleonora Ziller  
Leda Castilho  
Ligia Bahia  
Luisa Ketter  
Maria Tereza Leopoldi  
Marta Castilho  
Michel Gherman  
Pedro Lagerblad  
Ricardo Medronho

**Observadoras/Suplentes**  
Ana Lúcia Fernandes  
Claudia Pinto Figueiredo

## EXIGÊNCIA DE ASSEMBLEIAS PRESENCIAIS É DESAFIO PARA OUTRAS SEÇÕES SINDICais

Em todo o país, é flagrante a baixa presença de professores e professoras nas assembleias que definiram delegações para o congresso do Andes. A Adusp, por exemplo, representa professores da Universidade de São Paulo. Maior e mais conceituada do país, a USP possui cerca de dez mil docentes, entre ativos e aposentados. Já seção sindical tem 2.500 filiados distribuídos em oito campi universitários, mas sua delegação foi aprovada por apenas 0,4% dos sindicalizados. Apenas dez compareceram à assembleia.

O mesmo ocorreu com outras seções sindicais ouvidas pela reportagem. Das que puderam nos disponibilizar os seus dados, nenhuma obteve um número expressivo de votos. A apuração é reveladora da representatividade da assembleia da AdUFRJ, que elegeu sua delegação com 387 votos. Um número maior de oito vezes maior que a da assembleia da Asduerj, com 47 delegados, no entanto, tem muitos aposentados, nosso estado tem uma extensão territorial imensa, que inviabiliza assembleias

de seus delegados – maior representatividade dentre as que nos informaram os dados. Essas informações foram pedidas formalmente pela diretoria da AdUFRJ à diretoria nacional, mas até o fechamento desta edição, não havia resposta à solicitação.

A exigência do Andes por assembleias presenciais afeta especialmente os aposentados e os professores que atuam em campi afastados da sede. Quanto mais interiorizada a universidade, maior o desafio da participação sindical. Problema que poderia ser resolvido com modelos que permitissem a atuação remota. É o que defende a professora Karina Lima, coordenadora-geral da Seção Sindical dos Docentes da Universidade do Estado da Bahia (Aduneb).

As assembleias presenciais se tornaram um impedimento real à participação dos 1.200 filiados distribuídos em 27 campi universitários e 31 departamentos. "Além de termos muitos aposentados, nosso estado tem uma extensão territorial imensa, que inviabiliza assembleias simultâneas em todos esses espaços", argumenta a dirigente. "Temos campi a quase 900 quilômetros de Salvador", exemplifica. "Para garantir a isonomia, precisaríamos ter

estrutura para constituir uma assembleia em cada um desses locais que atuassem conectadas em rede. É uma logística impossível para nós", diz.

Sem ter condições concretas de atuação, o resultado se traduz em assembleias pouco representativas. "Normalmente, nossas assembleias são muito esvaziadas, com cerca de 30 pessoas. No caso da última assembleia que definiu a delegação ao congresso, foram cerca de 20 pessoas", conta.

A possibilidade de realização de assembleias remotas ou híbridas, para ela, permitiria a ampliação da presença dos colegas. "Nós temos por hábito abrir um link para a participação virtual de filiados e filiadas que não podem estar no local da assembleia, mas eles só têm direito a voz, não podem exercer o voto", explica. "Já tivemos em várias ocasiões assembleias com 30 pessoas no local e mais de 300 acompanhando remotamente", conta. "Há muitos questionamentos da nossa base sobre esse sistema que impede o voto das pessoas que

gente tenta explicar que é uma restrição do estatuto do Andes, não nossa".

A professora Karina é um exemplo vivo dessa dificuldade de deslocamento. Ela é professora de Literaturas no campus de Teixeira de Freitas, que fica no extremo Sul da Bahia. Para chegar a Salvador, ela precisa fazer uma viagem de 16 horas de ônibus. "Eu vou semanalmente à sede, mas fiz essa opção de atuar na coordenação da Aduneb. Muitas vezes faço bate e volta. É extremamente cansativo, mas, como disse, eu fiz essa opção. Mas a exigência da presencialidade é muito injusta para os nossos colegas que estão na multicampi".

Ela afirma que é importante fortalecer a discussão sobre mecanismos de participação remota dos professores. "Precisamos atuar mais fortemente nessa direção de permitir assembleias híbridas. A exigência da presencialidade física impede o exercício pleno da democracia sindical", critica.

simultâneas em todos esses espaços", argumenta a dirigente. "Temos campi a quase 900 quilômetros de Salvador", exemplifica. "Para garantir a isonomia, precisaríamos ter

# NÚMEROS DAS ASSEMBLEIAS

Levantamento do Jornal da ADUFRJ sobre as assembleias que, **desde 2013**, escolheram delegação para o **Congresso do Andes** aponta maior participação dos professores em meio remoto. Na reunião dos **dias 4 e 5 de fevereiro** deste ano, **387 docentes** definiram os delegados e observadores para o Congresso de Salvador (BA). Já em **11 de fevereiro de 2022**, **82 assinaram** a lista de presença via chat do encontro que escolheu os representantes do sindicato no **40º Congresso**, em Porto Alegre (RS) — o primeiro após a pandemia de Covid-19.

Os números das assembleias presenciais são mais modestos. A maior delas alcançou **64 participantes** em **novembro de 2019**. Mas a pauta, além da escolha de representantes da ADUFRJ para o **39º Congresso de São Paulo**, no início do ano seguinte, contava com outros pontos que mobilizavam a categoria à época: a discussão sobre progressões múltiplas; a ação judicial dos **26,05%** (Plano Verão) e o indicativo de estado de greve para **março de 2020**. Na **menor assembleia**, de **4 de fevereiro de 2015**, **apenas 11 professores** compareceram para a escolha da delegação ao **34º Congresso do Andes**, realizado poucos dias depois, em Brasília (DF).

# EM DEFESA DA ASSEMBLEIA REMOTA

**A** diretoria da ADUFRJ realizou, no dia 04/02/26, uma Assembleia específica convocada para escolher delegados de nossa Seção Sindical para participar do 44º Congresso do ANDES-Sindicato Nacional.

Coerentes com o programa pelo qual fomos eleitos — que incluía a defesa de procedimentos decisórios que propiciassem o aumento da participação dos associados nas decisões da ADUFRJ — a assembleia ocorreu pela plataforma ZOOM e contou com a presença de mais de 60 pessoas, conseguindo mobilizar 387 associados que votaram na escolha de delegados pelo sistema Helios.

Malgrado os questionamentos apresentados — a sistemática de reuniões com participação remota e votação eletrônica estaria em desacordo com o Estatuto do ANDES — reafirmamos que o procedimento adotado é absolutamente legítimo.

A defesa de meios remotos de participação tem feito parte dos programas das diretorias eleitas para a ADUFRJ nos últimos 10 anos. Temos apoio de nossos representados, portanto. Tal defesa não ocorre à toa nem por preguiça: a UFRJ tem uma categoria geograficamente dispersa; a viabilização da participação remota comprovadamente amplia a participação dos professores nas decisões da ADUFRJ.

Esse aumento de participação propiciado pelos meios remotos está em perfeita sintonia com um dos objetivos declarados no Estatuto do próprio ANDES:

art. 5º O ANDES-SINDICATO NACIONAL tem por objetivos precíprios:

IV - incentivar a participação do(a)s sindicalizado(a)s nas reuniões, assembleias e demais atividades inerentes à entidade...

O efeito prático de assem-

## ASSEMBLEIAS PARA ESCOLHA DE DELEGAÇÃO DA UFRJ EM CONGRESSO DO ANDES

### PARTICIPAÇÃO PRESENCIAL

19/12/2013	<b>17</b>	
4/2/2015	<b>11</b>	
11/1/2016	<b>53</b>	
12/12/2016	<b>19</b>	
20/12/2017	<b>23</b>	
5/12/2018	<b>17</b>	
27/11/2019	<b>64</b>	
09/02/2024	<b>25</b>	
16/12/2024	<b>45</b>	

### PARTICIPAÇÃO REMOTA

11/02/2022	<b>82</b>	
05/02/2026	<b>387</b>	

bleias presenciais é a exclusão de parte dos associados do processo decisório. Toda vez que foram adotadas votações eletrônicas, os quóruns foram muito mais significativos.

Não há voto mais qualificado que outro... Há quem possa (ou queira) estar presente em Assembleia; há quem não possa (ou não queira): todos têm iguais direitos de voto.

O Estatuto do ANDES foi modificado em 2025, em particular para tentar proibir o voto não presencial em decisões da entidade e de suas seções sindicais e ADs-Seções Sindicais (alterações no art. 9, §§ 2º e 3º, e art. 48, §§ 3º a 5º). Mas não há justificativas objetivas para essa proibição.

De fato, o motivo que não ousa dizer seu nome parece ser um só: a tentativa de inviabilizar estratégias (bem sucedidas) de ampliação da participação docente por parte de grupos de oposição à Diretoria do ANDES...

Como legitimar uma medida que evidentemente tem como resultado a diminuição da participação? E, ainda mais, em contradição com os próprios objetivos da entidade, lembrase.

Uma incoerência importante aparece para fortalecer essa suspeita: houve, em 2025, pelo menos duas Associações de Docentes cujas eleições foram realizadas por sistemas eletrônicos de votação - a ADUNIFESP e a ADUFG e não consta que o

ANDES tenha impugnado tais eleições....

Ao decidir por convocar uma assembleia remota com votação pelo sistema Helios, a Diretoria da ADUFRJ está reivindicando sua autonomia, garantida inclusive pelo próprio Estatuto do ANDES:

“Art. 44 ... §2º A S.SIND ou a AD-S.SIND tem autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira...”

Negar reconhecimento aos resultados da escolha dos associados da ADUFRJ de delegados para o 44º Congresso do ANDES significa, na prática, negar a autonomia política e administrativa que a Diretoria eleita deve ter no encaminhamento de seus processos decisórios.

Além de contraditar o princípio da autonomia das ADs, a vedação em questão também poderia ser vista como regra geral não necessariamente aplicável à escolha de delegados para Congresso/ANDES, que diz o seguinte:

“Art. 17. O(a)s delegado(a)s... são eleito(a)s em Assembleia Geral convocada expressamente para tal finalidade, nos termos do seu regimento, ou por votação direta e secreta do conjunto dos sindicalizados....”

Enfim, entendemos que uma norma estatutária do ANDES não tem legitimidade para impedir o aumento da participação dos professores nas decisões. Não é admissível que uma regra casuística se sobreponha aos princípios da autonomia das ADs e da busca pela maior participação.

Não há por que ignorar a vontade de maioria que se manifesta por meio eletrônico. Não restrinjamos a participação de nossos associados exigindo presença física num determinado local.

# Ofício da AdUFRJ questiona Andes sobre pagamentos

Em dezembro, diretoria da maior seção sindical do país perguntou à direção nacional qual o tamanho da participação da AdUFRJ na arrecadação mensal do Andes. Resposta chegou incompleta

SILVANA SÁ  
silvana@adufrj.org.br

**A** AdUFRJ paga pouco mais de R\$ 100 mil por mês ao Andes, sem contar os valores desembolsados compulsoriamente como rateio dos custos de cada congresso e Conad. Somadas, as quantias chegam à impressionante cifra de R\$ 1,5 milhão anual e são motivo de preocupação para a diretoria da AdUFRJ, que tem a missão de tirar do papel um sonho antigo: construir a sede da Associação dos Docentes da UFRJ.

Faltam aos extensos anexos a evolução de pagamentos das seções sindicais ao longo dos últimos anos. O Andes só apresentou a lista referente a 2024.

Segundo o dado de 2024, a AdUFRJ é a seção sindical que mais direciona recursos ao Andes. Somente outras três ADs em todo o país têm volume de contribuição próximo ao desempenho da AdUFRJ. São elas: Adusp (R\$ 1,12 milhão), Apufpr (R\$ 1,11 milhão), ADUFC (R\$ 953 mil). Todas, no entanto, abrem a destinação executada pelos professores da UFRJ. Esses números dão uma dimensão da participação da AdUFRJ, mas ainda são insuficientes, na avaliação da diretoria.

Para estudar melhor os gastos internos, compreender os impactos das contribuições da AdUFRJ ao Andes e buscar um diálogo acerca desses valores, a diretoria pediu, em ofício enviado em 16 de dezembro, informações financeiras do Sindicato Nacional.

Fizeram parte dos questionamentos ao Andes a relação de receitas e despesas dos últimos cinco anos, as contribuições de todas as seções sindicais no mesmo período, inclusive as da AdUFRJ, e as previsões

orçamentárias desde 2021. “Enviamos esse ofício no ano passado solicitando informações para balizar negociações entre a AdUFRJ e o Andes”, explica a presidente Ligia Bahia. “Acreditamos que a transparência contribui para fundamentar bases de diálogo profícuo”.

A resposta demorou dois meses. Chegou nesta sexta-feira, 13 de fevereiro. O e-mail com 24 documentos anexados apresenta a lista de receitas e despesas do Sindicato Nacional dos últimos anos, mas não atende integralmente à demanda da AdUFRJ.

Faltam aos extensos anexos a evolução de pagamentos das seções sindicais ao longo dos últimos anos. O Andes só apresentou a lista referente a 2024.

O projeto está em fase de elaboração. O custo estimado do empreendimento — apresentado em assembleia no fim do ano passado — pode chegar a R\$ 4 milhões. A expectativa é de que a obra fique pronta até o final de 2026. De acordo com o contrato de cessão onerosa do espaço, assinado em dezembro com a reitoria da universidade, o aluguel do terreno terá um custo mensal de R\$ 8 mil. Já os valores necessários à manutenção da sede são estimados em R\$ 45 mil.

Para estudar melhor os gastos

internos, compreender os impactos das contribuições da AdUFRJ ao Andes e buscar um diálogo acerca desses valores, a diretoria pediu, em ofício enviado em 16 de dezembro, informações financeiras do Sindicato Nacional.

Fizeram parte dos questionamentos ao Andes a relação de receitas e despesas dos últimos cinco anos, as contribuições de todas as seções sindicais no mesmo período, inclusive as da AdUFRJ, e as previsões

orçamentárias desde 2021. “Enviamos esse ofício no ano passado solicitando informações para balizar negociações entre a AdUFRJ e o Andes”, explica a presidente Ligia Bahia. “Acreditamos que a transparência contribui para fundamentar bases de diálogo profícuo”.

A resposta demorou dois meses. Chegou nesta sexta-feira, 13 de fevereiro. O e-mail com 24 documentos anexados apresenta a lista de receitas e despesas do Sindicato Nacional dos últimos anos, mas não atende integralmente à demanda da AdUFRJ.

O projeto está em fase de elaboração. O custo estimado do empreendimento — apresentado em assembleia no fim do ano passado — pode chegar a R\$ 4 milhões. A expectativa é de que a obra fique pronta até o final de 2026. De acordo com o contrato de cessão onerosa do espaço, assinado em dezembro com a reitoria da universidade, o aluguel do terreno terá um custo mensal de R\$ 8 mil. Já os valores necessários à manutenção da sede são estimados em R\$ 45 mil.

Para estudar melhor os gastos

internos, compreender os impactos das contribuições da AdUFRJ ao Andes e buscar um diálogo acerca desses valores, a diretoria pediu, em ofício enviado em 16 de dezembro, informações financeiras do Sindicato Nacional.

Fizeram parte dos questionamentos ao Andes a relação de receitas e despesas dos últimos cinco anos, as contribuições de todas as seções sindicais no mesmo período, inclusive as da AdUFRJ, e as previsões

orçamentárias desde 2021. “Enviamos esse ofício no ano passado solicitando informações para balizar negociações entre a AdUFRJ e o Andes”, explica a presidente Ligia Bahia. “Acreditamos que a transparência contribui para fundamentar bases de diálogo profícuo”.

A resposta demorou dois meses. Chegou nesta sexta-feira, 13 de fevereiro. O e-mail com 24 documentos anexados apresenta a lista de receitas e despesas do Sindicato Nacional dos últimos anos, mas não atende integralmente à demanda da AdUFRJ.

O projeto está em fase de elaboração. O custo estimado do empreendimento — apresentado em assembleia no fim do ano passado — pode chegar a R\$ 4 milhões. A expectativa é de que a obra fique pronta até o final de 2026. De acordo com o contrato de cessão onerosa do espaço, assinado em dezembro com a reitoria da universidade, o aluguel do terreno terá um custo mensal de R\$ 8 mil. Já os valores necessários à manutenção da sede são estimados em R\$ 45 mil.

Para estudar melhor os gastos

**AdUFRJ**  
SEÇÃO SINDICAL

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 2025

Ao  
Andes-SN  
Brasília, DF

Prezados Senhores,

ADUFRJ — SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, CNPJ nº 30315055/0001- 51, com sede no Centro da Tecnologia, Bloco D, Sala 200, Cidade Universitária, Rio de Janeiro-RJ, CEP 21.941-450, representada neste ato por sua presidente, **LIGIA BAHIA**, vem, requerer e dizer o que segue.

Considerando o artigo 550 do Código de Processo Civil, que ampara a tutela de requerer prestação de contas a outra parte da relação;

Requer-se:

a) a relação de receitas do ANDES — SINDICATO NACIONAL, referente aos últimos 05 anos;

b) a relação de despesas do ANDES — SINDICATO NACIONAL, referente aos últimos 05 anos;

c) a relação de contribuições de todas as Seções Sindicais do ANDES, referente aos últimos 05 anos;

d) a previsão orçamentária do ANDES — SINDICATO NACIONAL, referente aos últimos 05 anos e referente ao ano de 2026, que se aproxima;

ria nacional. “Democracia não pode ser reduzida à obediência acrítica a regras quando estas se afastam de sua finalidade maior: garantir participação, pluralidade e legitimidade. Da mesma forma, solidariedade sindical não pode prescindir de transparência e confiança mútua”, conclui.

## ADUFRJ BUSCA NEGOCIAÇÃO COM O ANDES SOBRE VALORES DOS REPASSES MENSais

Há quatro meses a AdUFRJ busca negociar valores de seus repasses mensais ao Andes. Enquanto a negociação não acontece de fato, a cota associativa junto ao Andes foi suspensa. A dúvida corresponde aos exercícios de outubro, novembro e dezembro de 2025, e janeiro de 2026. O valor total, considerando o desconto proporcional ao cálculo do 13º salário, soma R\$ 530.830,80.

A preocupação central é a saúde financeira da associação, já que a sede da AdUFRJ mobilizará alto volume de recursos. “Nós decidimos suspender temporariamente os repasses financeiros ao Andes”, explica. “Essa decisão não é trivial, nem tomada com levianidade, tampouco motivada por razões meramente contábeis”, pondera o dirigente.

Ele afirma que a diretoria e a tesouraria, em especial, zela pela saúde financeira da AdUFRJ.

“A prudência financeira, nessas condições, não é um gesto de confronto, mas de responsabilidade institucional”, afirma o dirigente. Daniel Negreiros Conceição afirma que a

gestão da qual faz parte busca conduzir as decisões com base nos princípios da democracia substantiva, transparência institucional e responsabilidade fiduciária. “Consideramos esses princípios indissociáveis. É nesse marco que se insere a decisão de suspender temporariamente os repasses financeiros ao Andes”, explica. “Essa decisão não é trivial, nem tomada

# AADUFRJ E O DIREITO DE PARTICIPAÇÃO



**LIGIA BAHIA**  
Presidenta da AdUFRJ

Quem é professor da UFRJ, seja quem ingressou mais recentemente, ou com carreira mais consolidada, sabe, ouviu falar ou presenciou divergências durante eleições e no dia a dia da AdUFRJ. É fato. Há docentes que disputaram em 2025 a diretoria com distintas orientações teóricas, ideológicas e pragmáticas sobre o que é uma associação docente, quais são suas prioridades, que compromissos deve assumir.

A atual diretoria, integrada por colegas que compartilham acepções sobre a garantia da participação nas decisões da entidade, as traduziram mediante a realização de duas assembleias remotas, ambas com presença expressiva dos associados da AdUFRJ. Evidenciamos, tal como em experiências de diretorias anteriores, que, quando viável, os docentes comparecem.

Defensores do voto mal denominado presencial (porque seja como for vai existir presença) contestaram os resultados da assembleia que definiu a delegação da UFRJ para o Congresso do Andes (sindicato nacional). Corremos o risco de manter um debate raso, se ficarmos na oposição entre aparições mais ou menos corporificadas. Não é disso que se trata.

Na realidade discordamos em relação a: o que é e para quem é a AdUFRJ.

Para nós, a associação se situa em um espaço dialógico e na contemporaneidade. Pretendemos levar adiante um projeto de universidade pública inclusiva e de excelência, valorizar nossa carreira, tornar nosso trabalho menos árduo e calibrar nossa atuação aos tempos de crise climática, tensões geopolíticas e ameaças da extrema direita.

Temos intenção de dedicar parte



O não reconhecimento pelo Andes da assembleia da AdUFRJ, é um desacerto grave. Não tratamos professores universitários que se alinham em torno de valores democráticos como inimigos e esperamos reciprocidade”

da agenda da entidade, em 2026, ao debate para influenciar programas de governo. Teremos um ano desafiante, que exigirá respostas acertadas ao negacionismo científico.

Compreendemos que a AdUFRJ é uma associação de professores universitários críticos em relação ao mundo, ao conhecimento que produzem e difundem. Autonomia acadêmica e o compromisso inarredável com a pluralidade do pensamento, do conhecimento e saberes são essenciais para manter, ampliar e articular instituições de ensino e pesquisa com as agendas de desenvolvimento social sustentável e igualdade social.

Nesse sentido, o da irrevogável natureza contraditória das universidades, que por sua vez são inerentes aos avanços da busca por melhores experiências e evidências, a representação de seus professores perde potência, quando, equivocadamente, se confunde com doutrinas de tendências sectárias.

O não reconhecimento pelo Andes da assembleia da AdUFRJ é um desacerto grave. Não tratamos professores universitários que se alinham em torno de valores democráticos como inimigos e esperamos reciprocidade. É hora de unidade em torno da defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade.